



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO

**Intervenção de Sua Excelência Oldemiro Baloi,
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação,
por ocasião da Palestra na Universidade Pedagógica**

Maputo, 24 Maio de 2017

Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica, Prof. Dr. Jorge Ferrão

Estimados membros do Corpo Docente, Discente e Administrativo

Distintos Convidados

Caros colegas

Caros participantes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em **primeiro lugar**, permitam-me expressar o meu profundo agradecimento ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Jorge Ferrão, grande amigo e à Universidade Pedagógica, pelo honroso convite que me foi dirigido para esta aula aberta nesta prestigiosa instituição de ensino superior, pioneira na formação de docentes em Moçambique

Em **segundo lugar**, queria referir que o exercício que hoje proponho a volta do tema que me foi proposto, ou seja, **Vida e Diplomacia**, não pretende ser propriamente uma aula, mas uma conversa aberta sobre vivências e trajectórias passadas, uma reflexão sobre o presente, uma visão sobre os desafios do momento e lições aprendidas e perspectivas para o futuro da diplomacia.

Devo dizer que pertenço a um grupo privilegiado de profissionais, ou como dizemos no jargão da revolução, quadros, que teve a honra de servir o Estado durante quase toda a sua vida de adulto, ou seja cerca de 40 anos.

Registei apenas um interregno de oito anos para dedicar-me profissionalmente à banca entre 2000 a 2008.

Por isso, sinto-me particularmente privilegiado por mais duas ordens de razões:

Por um lado, a minha vida de servidor público, e em particular em matérias ligadas directa ou indirectamente à política externa e diplomacia e cooperação internacional (como quadro júnior e sénior no Ministério do Comércio, Vice-Ministro da Cooperação e Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação) ocorreu nas mais diversas e diferentes fases de evolução do mundo e do nosso país, ou seja, em 40 anos muita coisa aconteceu e eu participei.

Isto moldou necessariamente a forma como o país e nós os quadros fomos nos adaptando aos novos contextos, dinâmicas e actores. Voltarei a este ponto em momento ulterior na minha intervenção.

Por outro lado, tive o privilégio de ter servido três Presidentes da República em diversas etapas da trajectória do nosso país, cada um deles implementando agendas específicas para superar os desafios que se impunham, de acordo com as estratégias mais adequadas do momento e inspirados no legado herdado e segundo a sua forma de estar na política e no serviço público. Ter estado exposto directamente a este contexto foi e tem sido indubitavelmente uma experiência sumamente enriquecedora e inspiradora.

Magnífico Reitor

Caros participantes

O evento de hoje reveste-se de singular relevância porquanto tem lugar no contexto das celebrações do Dia de África, marcando o quinquagésimo quarto aniversário da criação da Organização da Unidade Africana (OUA, hoje União Africana). Para Moçambique, o ideal da unidade africana interpela-nos ao mesmo tempo a uma reflexão, comemoração e esforço redobrado em trazer o percurso, a actualidade e o futuro dos nossos países. E para Moçambique, é com eterna gratidão que nos vergamos ao apoio incondicional da OUA e de vários países africanos que estiveram, directa ou indirectamente, connosco na nossa epopeia vitoriosa pela libertação e emancipação política.

Caros convidados,

Para que nos situemos sobre o conceito de que estamos a tratar, a diplomacia, permitam-me uma *digressão* teórica e fundada na *praxis* dos esforços de libertação do nosso jovem Estado nação.

Diplomacia é um instrumento de política externa ao qual recorreremos para o estabelecimento de contactos pacíficos entre dois ou mais Estados com vista a

promover ou solucionar um problema comum. Trata-se acima de tudo da expressão do *soft power* dos Estados em contraposição ao *hard power* manifestado pelas capacidades militares e económicos. Trata-se de dois conceitos que estão associados ao poder musculado e não musculado. Se olharem para o mundo podem identificar facilmente quem usa o poder baseando-se nos dois conceitos. A diplomacia torna-se no principal instrumento de política externa dos países em desenvolvimento, como Moçambique. Na verdade, o único recurso de que dispomos para fazer valer os nossos interesses é a diplomacia.

Tradicionalmente, a Diplomacia reserva para si as funções de:

- ❖ **negociar** com vista a harmonização de interesses opostos e alcance de um acordo mutuamente satisfatório entre dois ou mais Estados;
- ❖ **informar** sobre as evoluções políticas económicas e sociais que possam criar oportunidades ou ameaças aos interesses de um determinado Estado e;
- ❖ **representar** os interesses do Estado em nome do qual se actua.

A estas funções tradicionais são acrescidas as tarefas de:

- ❖ **Promover** os interesses económicos sociais, culturais e políticos do Estado representado, e
- ❖ **Proteger** os direitos e interesses dos nacionais do Estado representado. Hoje a questão de promoção dos direitos e interesses económicos denomina-se diplomacia económica e a promoção dos interesses dos nacionais denomina-se protecção das comunidades moçambicanas no exterior.

O exercício destas funções está directamente relacionado com o imperativo da criação de oportunidades além-fronteiras para a realização dos interesses e objectivos nacionais. Estes interesses e objectivos incluem, dentre outros aspectos:

- ❖ a garantia da segurança e integridade territorial;
- ❖ a defesa da independência nacional e a promoção do bem estar económico.

Tendo em conta que a Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas de 1963 considera os sujeitos do direito internacional público os Estados soberanos e Organizações Internacionais, podemos assumir que, formalmente, só faz sentido falar da diplomacia moçambicana a partir de 25 de Junho de 1975, dia da independência nacional do país.

No entanto, recorrendo às visões pluralistas mais pragmáticas que sugerem a inclusão de movimentos de libertação na lista de multiplicidade dos actores de relações internacionais e sujeitos do direito internacional, por um lado, e tendo em conta os imperativos da luta que conduziram estes movimentos a negociar com Estados e Organizações Internacionais para angariar apoio político, diplomático, militar e logístico, por outro, podemos considerar que o Movimento de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi o precursor da diplomacia moçambicana. A diplomacia na verdade foi um dos quatro pilares que suportaram a luta de libertação nacional, a par de estudar, produzir e combater. Quero lembrar que estou a falar de história e não a partidarizar coisa alguma.

Cabe notar que a FRELIMO já havia estabelecido em alguns países alguns escritórios equiparados a representações diplomáticas. A estas que eram denominadas Representações Permanentes da FRELIMO nos países onde se encontravam era, em alguns casos atribuído pelo país anfitrião um respeito e tratamento quase igual ao atribuído às Embaixadas. É exemplo disso o tratamento dado na Argélia, na Tanzânia, no Egipto e na Zâmbia.

Com efeito, a diplomacia moçambicana, tal como ela se implantou, se desenvolveu e se consolidou no período imediatamente após a independência, representa a combinação entre a diplomacia da FRELIMO e a aprendizagem transmitida pelas realidades interna, regional e internacional em que se tem inserido o Estado moçambicano.

Note-se que mesmo antes do início da luta armada, as negociações da FRELIMO com grupos e governos foram no sentido de obter a aceitação da legitimidade da própria luta de libertação, o reconhecimento do movimento como a parte na negociação que representava o povo moçambicano, a protecção e segurança dos moçambicanos emigrantes, incluindo combatentes, refugiados e outros não identificados com o colonialismo, bem como o reconhecimento do direito de se associarem e de se organizarem autonomamente.

Na tentativa de fragilizar o adversário, a acção diplomática concentrava-se principalmente ao nível multilateral tendo como plataformas favoráveis, entre outras, o Comité da Organização da Unidade Africana para a Coordenação da Libertação da África, mais conhecido por Comité de Libertação da África e o Comité das Nações Unidas para a Descolonização, também conhecido por Comité dos 24.

Magnífico Reitor

Caríssimos participantes

Cabe lembrar parte do percurso que marca a história deste país e que moldou necessariamente a diplomacia moçambicana e a cultura de gestão da administração pública, e minha própria vida, como parte da engrenagem na qual cabia a responsabilidade de levar a bom porto o projecto Moçambique.

Com efeito, Moçambique independente e a sua diplomacia nasceram e evoluíram numa altura em que se vivia uma situação bastante difícil, com vários desafios, ao nível interno e no plano externo. Internamente, as guerras de desestabilização (a do *apartheid*,

a da Rodésia e a dos 16 anos) e as sucessivas calamidades naturais tinham reduzido o país à carências de toda a ordem resultantes da destruição de infra-estruturas económicas e sociais e a deslocação forçada das populações, particularmente nas zonas rurais. Numa das minhas passagens profissionais tive a oportunidade de testemunhar por dentro o esforço titânico que o governo realizava para dispor de divisas numa situação de estagnação económica.

Esta situação interna estava em larga medida associada ao contexto externo, sabido que a guerra que nos dilacerava era pensada e financiada pelo regime do *apartheid* e seus aliados sob pretexto de estar a ser movida contra uma alegada expansão comunista na região.

Perante este cerco, e seguindo a sua tradição, os dirigentes moçambicanos, humilde e pragmaticamente, optaram por fazer mais amigos do que inimigos ou, pelo menos, reduziu o número de inimigos, através da assinatura do Acordo de Nkomati em Março de 1984. Claramente, o pragmatismo falou mais alto no sentido de se superar uma era que tinha sido marcada pela “diplomacia da confrontação” e embarcar-se para uma “diplomacia de conciliação”.

Era preciso trazer a paz e a estabilidade para Moçambique e isso começava pelo estabelecimento de relações de boa vizinhança com o regime sul-africano. Hoje sabemos que esta tentativa falhou.

Esta dinâmica foi instrumental para os processos subsequentes como a independência da Namíbia em 1990, o fim do *apartheid* na África do Sul e a assinatura do Acordo de Paz de Roma em 1992.

Estes processos criaram desafios adicionais ao nosso país que teve que se confrontar com processos como de a emergência, a reconstrução pós guerra, a reabilitação económica, a implementação do acordo de paz e a reconciliação nacional.

Em relação ao **período de emergência**, devo dizer como foi dito que tive o privilégio de participar no processo de implementação do programa de emergência, como Vice-Ministro da Cooperação e Coordenador do Comité Executivo Nacional do Programa de Emergência (1990-1994).

A situação de emergência levou à necessidade de criação de uma estrutura actuante ao nível nacional e com capacidade de interlocução com os parceiros na região e com os doadores, como internacionalmente, de modo a ser levado a bom porto um processo que tinha a ver com a preservação da vida e o mínimo bem-estar de nossos compatriotas.

As dinâmicas que nos conduziram à situação de emergência exigem uma contextualização histórica com vista a ilustrar uma das lições aprendidas pela diplomacia moçambicana.

Tínhamos a expectativa de que o bloco socialista pudesse apoiar Moçambique nos seus ambiciosos planos de modernização e depois perante a agressão aberta sul-africana. Esta expectativa foi criada porque eventualmente as nossas análises não nos permitiram acompanhar a evolução da economia internacional e o grau de engajamento com que o bloco socialista estaria disposto a apoiar as iniciativas moçambicanas de desenvolvimento e sobre a sua capacidade material de dar tal apoio. A intenção existia, capacidade como se provou depois nem tanto.

O próprio bloco socialista não estava a acompanhar a evolução tecnológica no mundo e a sua economia já tinha problemas estruturais. Criamos expectativas muito altas, o que não é adequado sob o ponto de vista de acção diplomática sustentável. Um diplomata nunca deve ter expectativas elevadas elas devem ser ponderadas. Aprendemos, assim, que é crucial dispor de um manancial de análise e previsão do estado do tempo da política, economia e diplomacia internacionais.

Perante esta realidade, a diplomacia de Moçambique teve de assumir a responsabilidade de agir em consonância com a realidade, com as expectativas existentes dando um novo rumo à política externa.

A partir de meados da década de oitenta iniciou-se uma ofensiva diplomática junto aos países ocidentais, que culminou com a célebre visita do saudoso Presidente Samora Machel aos Estados Unidos da América, na qual foi recebido pelo Presidente Ronald Reagan.

Em relação ao Programa de Reabilitação Económica, que significou um forte ajustamento estrutural da economia, apoiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, devo dizer que trouxe tremendos desafios para a diplomacia moçambicana, com a necessidade de mobilização de recursos para o dantesco processo de reconstruir o tecido económico e social do nosso país.

Devo, igualmente, referir que no contexto da nova estratégia diplomática, para além de termos aderido ao FMI e Banco Mundial, foi possível aderir à Convenção de Lomé no contexto da relação com a Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia e ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) mais tarde Organização Mundial de Comércio (OMC).

Estas iniciativas fizeram com que Moçambique introduzisse uma série de reformas económicas corporizadas no Programa de Reabilitação Económica e mais tarde no Programa de Reabilitação Económica e **Social**.

Esta componente social foi um ganho para a diplomacia moçambicana. Para as instituições do Bretton Woods o social resultava do económico. O Governo de então negociou por forma que o PRE incluísse a componente social como uma componente explícita do programa.

Claro que não foi fácil encontrar um equilíbrio justo entre as receitas neo-liberais das organizações de Bretton Woods e o imperativo do Governo em satisfazer as necessidades imediatas da população.

Em relação à negociação do **Acordo de Paz de Roma**, processo que ocorreu durante o período em que coadjuvava o titular da pasta da cooperação e na qualidade de Coordenador do Programa de Emergência, fizemos intervenções ligadas ao estabelecimento de corredores de assistência humanitária. Foi notável o desafio que a diplomacia enfrentou para posicionar-se junto de amigos e parceiros internacionais para garantir que fosse viabilizada a transição da guerra para a paz, da emergência para a reconstrução e desta para o desenvolvimento.

Mais uma vez e na base das experiências do passado, o olho diplomático de Moçambique permitiu perceber que não podíamos viver como uma ilha isolada num mar de mudanças. O mundo estava em transformações e Moçambique também teve de se transformar política e economicamente para permitir a sua adaptação a nova realidade do sistema internacional.

A assinatura do Acordo Geral de Paz a 4 de Outubro de 1992 e a conseqüente realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 é o reflexo dos sucessos da diplomacia moçambicana mas, sobretudo da vontade do povo moçambicano numa genuína manifestação da cultura de paz e de reconciliação. Este sucesso coloca Moçambique, apesar das vicissitudes normais a um processo complexo, como um exemplo global nos processos de transição e pacificação.

Em todos estes processos complexos, devo registar como lição aprendida, o papel das lideranças que foi, sem dúvida, instrumental e decisivo e neste período é incontornável trazer a tona a figura do Presidente Joaquim Chissano que, como se sabe sucedeu o Presidente Samora Machel e foi primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país, a pessoa que criou e desbravou o terreno para que a diplomacia chegasse onde chegou.

É inegável que o que torna o nosso historial de construção do Estado e da diplomacia um caso algo especial e digno de ser lembrado em ocasiões como estas, é a

forma humilde, visionária e perseverante como os nossos dirigentes da altura assumiram esse desafio numa situação de carência de recursos humanos e materiais e financeiros.

Magnífico Reitor

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Se o período que acabo de descrever foi pleno de desafios em termos de garantir a sobrevivência política e a integridade territorial do país, de se restabelecer o tecido económico e social e de se preservar a paz e a estabilidade e de se lançar as bases para o desenvolvimento, o período subsequente, trouxe como desafio maximizar os dividendos da paz para levar o país a um patamar de crescimento virtuoso e sustentável.

Sob a liderança do Presidente Armando Guebuza, Moçambique adquiriu o estatuto de um país com o qual se fala e não apenas o país de que se fala”, buscando situar-no no *mapa-mundi* pelas melhores razões. A nossa história está cheia de momentos maus e a ideia que se tinha era trazer para o mundo o lado bom da nossa história.

A diplomacia como um todo, tinha como missão maximizar a divisa de fazer mais amigos e promover mais parcerias através do primado da diplomacia económica e levar o país a novos patamares, incluindo no mapa da geopolítica da energia, em particular dos hidrocarbonetos.

A grande lição neste domínio tem sido que para entrarmos na alta-rodada da diplomacia energética exige-se um alto grau de preparação a todos os níveis, desde a percepção clara das dinâmicas e dos jogos de poder ao nível energético mundial, a mecânica e dinâmica das negociações internacionais e finalmente como gerir os inúmeros interesses, nem sempre convergentes, entre diversos actores com suas respectivas lógicas e políticas. A relação com actores não estatais, mas com grande poder assimétrico *vis-à-vis* os Estados, tem sido um desafio, mas acima de tudo constitui um processo de aprendizagem.

Aprendemos, igualmente, que uma negociação prudente e informada sobre as tendências do mercado e as necessidades dos outros estados em relação aos nossos recursos, permite melhores ganhos ou resultados não só para o Estado como um todo político mas também para as comunidades locais. Daí a necessidade de um aprimoramento da habilidade de se negociar tais matérias de modo a lograr-se vantagens mútuas. Ou, por outras palavras, a habilidade de estabelecer parcerias inteligentes dentro do conceito “*win win*”.

Ao nível institucional, a coordenação permanente de sinergias entre diversos departamentos do Governo é um desafio que devemos encarar com acuidade, de forma a garantir o máximo de benefícios na exploração dos recursos que devem primariamente beneficiar as nossas comunidades.

Outro desafio que temos enfrentado tem a ver com o cambiante paradigma da assistência ao desenvolvimento, em particular na modalidade de apoio directo ao orçamento.

Tenho dito continuamente, e não sou único felizmente, que este é o momento em que temos como dever transformar os desafios em oportunidades e buscar, nós próprios e de forma proactiva um novo paradigma para a nossa relação com os parceiros, com uma visão de longo prazo e uma atitude de auto-superação, expurgando a mentalidade de mão estendida.

Isto é, pelo contrário, devemos levar ao limite o conceito de parceria e assumirmos de forma pragmática que as relações que doravante manteremos com os parceiros de cooperação sejam de interesses e não de condescendência de altruísmo ou mesmo de pseudo altruísmo.

Esta é uma oportunidade a ser agarrada e assumindo-se o desafio da redução cada vez menor dependência de ajuda e à prazo a sua eliminação para a concretização dos objectivos e prioridades estratégicas do nosso país. Um país que se preza deve financiar o seu próprio orçamento do Estado. Um país não deve ser tratado como uma criança, que

quando não faz uma determinada tarefa sofre uma punição, estamos a sofrer mas temos de chegar lá. Todavia há três pressuposto cruciais:

Primeiro, temos de assumir na íntegra o rigor na gestão, Segundo, o respeito pelo bem público e;

Terceiro, o espírito de bem servir.

Magnífico Reitor

Caríssimos colegas

O período que atravessamos, sob a liderança do Presidente Filipe Jacinto Nyusi, que me honrou incluindo-me na sua equipa com a tarefa de condução da diplomacia moçambicana, é de tremendas oportunidades, ainda que enfrentemos desafios.

Permitam-me abordar em poucas linhas o que considero como desafios para uma diplomacia moçambicana que se pretende actuante e acutilante no sentido de obter o máximo de ganhos para o país e o mínimo de danos, nesta nova era de uma arquitectura internacional cada vez mais complexa.

Aos diplomatas em exercício e aos futuros diplomatas, devo, com humildade, dizer que, certamente, não há remédio para todos os desafios actuais nos assuntos externos.

Como não só os que fazem diplomacia, o que vou dizer aplica-se à todos. Mas na minha opinião, existem alguns factores-chave que devem ser levados em conta ao projectar políticas futuras ao nível internacional:

•Primeiro: **Pensem fora da caixa.** A política externa é provavelmente a mais famosa pela sua vasta colecção de doutrinas e estratégias. Este facto, pode levar à ideia errada de que há uma receita de política externa para cada desafio. Mas o oposto é verdadeiro:

difícilmente há outra disciplina onde as circunstâncias sejam tão dinâmicas quanto na política externa e, portanto, dificilmente um campo onde a criatividade precisa ser mais abraçada. Hoje, isto aplica-se mais do que nunca. Ou seja há novos desafios que exigem que pensemos fora da caixa.

- Segundo: **Tornemo-nos especialistas.** Para serem criativos, os diplomatas sempre tiveram de ser generalistas, entender um pouco de tudo, sabendo partes e pedaços de todos os assuntos que poderiam encontrar, da energia nuclear à enologia. Mas o conhecimento humano agora tem que ir mais fundo do que nunca e os desafios que enfrentamos no momento são prova disso, qualquer assunto deve ser entendido com profundidade.

- Terceiro: **Misturemos disciplinas.** Resolver os problemas do mundo não só exige uma compreensão profunda de questões específicas, mas também a interligação entre vários assuntos. Para encontrar respostas, a política externa de hoje precisa buscá-las não somente na política, na ciência e nos negócios, mas também nas artes, nos movimentos sociais e nas indústrias criativas.

- Quarto: **Sejamos expeditos.** O sol nunca se põe em assuntos internacionais; Problemas podem aparecer em várias vezes ao dia ou de noite. Por outras palavras, o mundo não dorme ao mesmo tempo. Hoje com as tecnologias de comunicação se demoramos corremos o risco de nos atrasarmos e prejudicamos o país por inteiro. E eles se desenvolvem a uma velocidade da luz. Os dias em que se tinha o luxo de se planificar com largo tempo de antecedência são coisa do passado. É hora de mudar o *modus operandi* e fazer diplomacia. A política externa tem de se tornar mais inovadora, mais interdisciplinar, mais aberta e desenvolver-se muito mais rapidamente.

Se os diplomatas conseguirem adaptar-se às novas e complexas realidades globais continuarão a ser protagonistas e não objectos da política externa.

Agora, mais uma palavra às novas gerações na qualidade de servidores públicos:

Gostaria que as novas gerações entendessem muito bem o grande valor da humildade, do sentido de dever e responsabilidade, do amor a Pátria de que hoje somos os beneficiários. A partir destas lições poderemos encontrar respostas aos desafios pela frente e de forma engajada nos juntarmos aos esforços do país rumo a erradicação da pobreza e ao salto qualitativo rumo ao desenvolvimento. Para o efeito, permitam-me dizer mais duas coisas:

- Devemos pautar pela auto-superação. A competição é boa, mas se ficarmos aí corremos o risco de estagnação e, portanto de sermos ultrapassados;
- Tratemos de combater, com eficácia, o hábito de procurar razões e desculpas para não produzir resultados. As vezes quando descobrimos a melhor desculpa para não fazer as coisas quase que pulamos de alegria. Note-se se que, a falta de meios e condições tivesse sido usada ao longo de anos imemoriais não teríamos chegado aonde estamos.

Muito obrigado!